

Mudanças nas leis trabalhistas

- » **1943:** Criação da CLT
- » **1952:** Lei da igualdade salarial, sem distinção de sexo, nacionalidade e idade
- » **1955:** Adicional de periculosidade de 30% ao valor do salário
- » **1962:** Criação do 13º salário
- » **1966:** Criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- » **1977:** Direito às férias na CLT
- » **1990:** Criação do seguro-desemprego
- » **2008:** Lei de Estágio
- » **2017:** Reforma Trabalhista, com o fim da contribuição sindical obrigatória e alterações na jornada de trabalho

contabilizado. Com a recente onda de jovens que rejeitam o modelo CLT, ela acredita que o número de trabalhadores informais possa crescer, por isso, defende a diminuição de impostos sobre as atividades laborais e políticas que valorizem os funcionários.

“São importantes uma maior fiscalização sobre a jornada de trabalho, salários mais atrativos e plano de carreira, no qual o trabalhador possa evoluir e saiba quais são os ganhos”, afirma. Rithelly Cabral complementa falando do incentivo à formalização, do acesso facilitado a créditos e à capacitação e da adaptação das leis às dinâmicas do mercado.

Divergência

Apesar do fenômeno anti-CLT entre os jovens, nem todos os adolescentes pensam nesse regime de forma negativa. Esse é o caso dos estudantes Geovana Vida, 17 anos; Lucas Romano, 15; e João Gabriel da Silva, 15. Filha de mãe professora e pai funcionário da Polícia Federal, ambos amparados pelas leis trabalhistas, Geovana conta que é incentivada, em casa, a ter um emprego com registro formal e, também, na escola, onde estuda questões sobre mercado e direitos trabalhistas.

Para ela, que tem o sonho de fazer faculdade de direito, ser CLT é um caminho positivo por garantir direitos trabalhistas. “Minha

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Getulio Cruz: "Orientação sobre futuro profissional e proteção legal"

Divulgação



Elaine Santos: "Menos impostos e mais políticas para funcionários"

mãe já foi muito prejudicada quando trabalhou sem carteira assinada, porque não tinha como provar que contribuiu. Então, a lei é importante, porque protege o trabalhador”, relata.

Diferentemente do que pensa, Geovana percebe colegas e amigos que não têm interesse no modelo CLT, mas acredita que essa visão deve ser superada, considerando importante adquirir experiência no mercado desde cedo, com programas de jovem aprendiz, por exemplo. “Querendo ou não, você vai ter que pegar ônibus e responder ao chefe; isso é parte da vida. Trabalhar como CLT é bom e pode trazer muitos aprendizados”, compartilha.

Assim como ocorre com Geovana, os pais de Lucas, também amparados pela legislação, mantêm um diálogo sobre a importância dela: “Meu pai, diariamente, me fala para eu conseguir um bom

» Garantias

A legislação trabalhista tem papel fundamental na garantia da segurança e da estabilidade do trabalhador e na regulação das relações de trabalho. Pela CLT, os funcionários têm direito à proteção em caso de doença ou acidente laboral, jornada máxima de 8 horas diárias e adicional por horas extras, descanso semanal, 13º salário, licença-maternidade ou paternidade, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, aposentadoria e outros benefícios, que não são assegurados a trabalhadores autônomos ou informais.

emprego, que seja seguro e bem organizado”. No futuro, Lucas quer seguir carreira em informática,

Divulgação



Rithelly Cabral: "Trabalho com segurança e flexibilidade"

Divulgação



Bruna Zanini: "Adaptação da lei às demandas dos jovens"

percebendo que a CLT traz segurança não só para o trabalhador, mas para o empregador. “Com a lei, o patrão é obrigado a pagar o funcionário pelo serviço, por exemplo, e mesmo o dono de uma empresa vai precisar contratar colaboradores CLT”, expõe.

João Gabriel, que quer fazer medicina ou agronomia, conta que tem pesquisado bastante sobre garantias trabalhistas estabelecidas pela lei e acredita que outros jovens contrários à CLT devem “pensar mais sobre o que querem antes de optar pelo trabalho autônomo ou informal, que traz insegurança.”

Demandas

Segundo Getulio Cruz, diretor no Centro de Ensino do Cruzeiro, onde Geovana, Lucas e João Gabriel estudam, a percepção negativa de muitos jovens sobre a CLT é um problema, se questionado

sobre “como eles vão se inserir no mercado de trabalho se não aprovam a lei?”. Por isso, ele ressalta que “os estudantes devem ser orientados sob uma perspectiva de futuro e de escolhas, o que não exclui a proteção trabalhista legal.”

Para tornar o regime CLT mais atrativo para crianças e adolescentes, a advogada Bruna Zanini destaca que é essencial dialogar com eles sobre os modelos possíveis de trabalho, seus prós e contras, além de ouvi-los e adaptar a legislação conforme as demandas da nova geração. “O caminho não é impor a CLT como única alternativa, mas propor reformas que atendam aos seus anseios”, diz. Rithelly Cabral sintetiza: “Trata-se de valorizar o trabalho com carteira assinada e mostrar seus benefícios, aliando segurança à flexibilidade.”

***Estagiária sob a supervisão de Ana Sá**